



Psicologia USP

ISSN: 0103-6564

ISSN: 1678-5177

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Palumbo, José Henrique Parra; Moreira, Luiz Eduardo de Vasconcelos; Haritçalde, Christian
Por uma história das políticas da psicanálise: institucionalização,
formação e posicionamento político dos analistas¹
Psicologia USP, vol. 29, núm. 1, Janeiro-Abril, 2018, pp. 96-105
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

DOI: 10.1590/0103-656420170071

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305155198011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

UAEM redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa acesso aberto

Por uma história das políticas da psicanálise: institucionalização, formação e posicionamento político dos analistas¹

José Henrique Parra Palumbo*
Luiz Eduardo de Vasconcelos Moreira
Christian Haritçalde

Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Abordamos a história política da psicanálise como um movimento em torno de ideias e práticas psicológicas não para construir uma historiografia desse movimento, mas para esboçar uma narrativa de valor histórico sobre certos aspectos institucionais da psicanálise que indicam o modo pelo qual ela fez política em meio a sua institucionalização. Partimos do posicionamento político dos psicanalistas e suas teorias para delimitar algumas interpenetrações entre ambos, examinando três autores, Paul Federn, Otto Fenichel e Ernest Jones, passando em seguida à constituição do movimento psicanalítico e à propaganda da causa freudiana. Nossa hipótese é de que, apesar das diferentes posições e forças políticas dentro da psicanálise, elas convergiram em direção à defesa de uma causa. Assim, fica mais clara a constituição e a expansão do movimento psicanalítico durante suas primeiras cinco décadas rumo a uma aparente unificação.

Palavras-chave: psicanálise, política, história, institucionalização.

Introdução

Muito já se falou sobre as relações entre psicanálise e política². Aqui interessa-nos especificamente a história política da psicanálise enquanto um movimento em torno de ideias e práticas psicológicas. Se o tema *psicanálise e política* merece ser tratado pelo viés do caráter político interno à psicanálise, também é saudável que seja remetido a outro campo de análise: seus aspectos sociais, coletivos e de organização política do movimento psicanalítico.

Reflexões que se sustentam sobre determinado aspecto teórico ou técnico abordam geralmente as questões de poder nos dispositivos clínicos, elaborando um tipo de antropologia política a partir da crítica freudiana à cultura. Podem também tratar de problemas estritamente políticos em diálogo com os problemas da subjetivação do humano, núcleo da metapsicologia.

Em meio à variada produção psicanalítica nesse pouco mais de um século, encontramos diferentes políticas da psicanálise. Tentaremos delimitar algumas interpenetrações entre os conceitos metapsicológicos e técnicos e o envolvimento político de alguns psicanalistas. A ideia é tratar de alguns exemplos dessas posições, desde as mais conservadoras – neutras ou reacionárias – às mais progressistas – liberais, socialistas e comunistas.

Supomos que as diferentes psicanálises podem apresentar traços de política na produção de seu *corpus*, na transmissão de seu saber, nas técnicas aceitas, recusadas e padronizadas e nos ideais de cura. Isso nos leva a pensar na possível relação entre a política defendida pelas diferentes psicanálises e seus modos de institucionalização.

Primeiro reconhecemos alguns exemplos dessas diferenças políticas ao comparar as posições e construções de Paul Federn, Otto Fenichel e Ernest Jones, três autores pouco abordados nas produções sobre o tema. Depois, lançamos mão da hipótese de que o movimento psicanalítico era dirigido por questões de cunho político, determinantes para sua institucionalização. Nesse caminho, buscamos jogar luz sobre as diversas forças atuantes na constituição e expansão do movimento psicanalítico pela Europa Central.

Veremos como as propostas unificadoras da psicanálise estão associadas a um procedimento de institucionalização no qual ela é levada a se confundir com a obra freudiana. Diante dos repetitivos rompimentos com o pensamento de Freud, o argumento que recai sobre as diferenças teóricas e técnicas entre o fundador e seus seguidores dissidentes se dissolve dando lugar a um quadro em que a figura relevante é a construção da causa.

Defenderemos que foi essa unificação aparente do movimento psicanalítico que sustentou sua institucionalização e abriu caminho para sua expansão. De certa forma, a análise didática surge precisamente para lidar com esse problema, servindo também à reprodução de uma experiência ideal. A formação analítica passa a ser a conformação à experiência do recalcado e do inconsciente, *tal como* definiu o projeto freudiano para a psicanálise ao institucionalizá-la.

Além de apresentar outro olhar sobre como a psicanálise se relaciona com a política e se configura como um movimento político em seus primeiros cinquenta anos,

* Endereço para correspondência: jhparrap@usp.br

1 Palumbo e Moreira agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de pesquisa.

2 Uma busca na Biblioteca Virtual de Psicologia retorna aproximadamente 2.700 resultados.

esperamos pôr em questão a pertinência de uma política intrinsecamente subversiva da psicanálise quando ela se preocupa com problemas causados pela organização social ou pela divisão do poder em um grupo.

O posicionamento político dos psicanalistas e suas produções teóricas como narrativas de um movimento

Não é novidade a existência de uma grande diferença entre as posições políticas dos psicanalistas sobre os problemas do mundo e sua prática. Embora não se trate de reduzir a autonomia da teoria a uma questão biográfica, essas posições políticas são de alguma forma subjacentes às construções teóricas e fizeram parte da construção do movimento psicanalítico. Vejamos como as relações entre teoria e pensamento político podem se dar em três autores: Ernest Jones, Paul Federn e Otto Fenichel.

Tomemos como ponto de partida a conhecida biografia que Jones (1953/1989) fez sobre Freud, fundindo a história da psicanálise e a vida de seu criador. Duas coisas são marcantes quando seu leitor se depara com o tema da criação da psicanálise. Primeiro, a solidão criativa de Freud, restrito a amizades e parcerias intelectuais localizadas (Breuer e Fliess) que lhe viraram as costas e discordaram sobre algo de fundamental daquilo que, supostamente, teria surgido finalmente com Freud (1900/1985b, 1900/1985c) – e que faria da descoberta freudiana algo original. Depois, esse quadro se mistura com aquele pintado pelo próprio Freud (1914/2012b, 1925/2011b), no qual a narrativa sobre sua obra se confunde com sua história pessoal. A psicanálise, criação sua, seria um método de tratamento diferente para as doenças dos nervos somada a seu método de pesquisa psicológica.

Já foi mais do que explicitado o quanto o pensamento freudiano e seus conceitos mais fundamentais, que teriam surgido na *interpretação dos sonhos* (Freud, 1900/1985b, 1900/1985c) e ganhado corpo com as teses e as apresentações de casos clínicos durante as duas primeiras décadas do século XX (Freud, 1905/2016, 1909/2013, 1909/2015c, 1911/2010a, 1918/2010b), estavam se desenvolvendo em artigos anteriores (Freud, 1895/1985a; Freud & Breuer, 1895/2016). Se houve mudanças de um período a outro, elas não foram radicais nem absolutas (Monzani, 1989), o que se contrapõe à tese do gênio individual de Freud proposta por Jones (1953/1989).

A posição de Jones aponta para uma leitura que faz da psicanálise uma disciplina científica imparcial. Mas diferente de Freud, que ao situar a psicanálise dentro da visão de mundo científica adverte que o caráter uno de explicação do mundo pela ciência se dá como promessa não concluída (1933/2010d), Jones aposta que a psicanálise, justamente por seu caráter científico, tem autoridade para oferecer explicações unas e totalizantes sobre a humanidade.

Isso fica evidente em uma palestra ministrada por Jones (1941). Ao usar a psicanálise para analisar problemáticas sociais, ele desenvolve a teoria de que as revoluções podem ser caracterizadas como um fenômeno destrutivo e circunscrito ao conflito edipiano, na tentativa de assassinar o pai para

assumir seu lugar. Esse aspecto psicológico é tomado como único fator causal e explicativo, à revelia dos fatores sociais objetivos presentes nesses acontecimentos.

O uso indiscriminado de uma psicanálise pretensamente neutra e imparcial serve como justificativa psicologizante para ressaltar o revolucionário como sujeito agressivo e profundamente paranoide (Jones, 1941, p. 200), enquanto a “continuidade da tradição” (p. 207, tradução nossa) se afirma como a marca de distinção do homem civilizado diante de seus antepassados primitivos. O discurso da cientificidade da psicanálise é utilizado para posições políticas conservadoras – Jones chega a apostar nessa ciência psicanalítica, aliada a pesquisas hereditárias de caráter eugênico, como instrumento para que um governante notável possa trazer a verdadeira evolução à humanidade.

Em contraponto a essa leitura, temos autores como Paul Federn e Otto Fenichel, que servem de exemplo da esquerda psicanalítica (Federn, E., 1992).

Paul Federn (1919/2000) retoma Freud (1913/2012a) para refletir sobre os movimentos revolucionários russo (o bolchevismo), austríaco (a queda do império) e alemão (a queda do II Reich) e suas organizações, como os conselhos de trabalhadores e as greves. O autor analisa o fenômeno da revolução a partir da suposição de uma alma das massas, aplicando princípios psíquicos descobertos pela psicologia individual a uma psicologia das massas³. Constitui um dos primeiros esforços para compreender os substratos psicológicos nas dificuldades enfrentadas pelos movimentos revolucionários no início do século XX (Jacoby, 1977, p. 100).

Uma das ideias importantes desse texto é de que a revolução social é uma consequência de um primeiro momento revolucionário no qual o poder do Estado entra em deslegitimação e suspensão, dando lugar a novas possibilidades de organização. Outra é a compreensão de que a organização estatal se edifica sobre um substrato psíquico, a imagem paterna. Para Federn (1919/2000),

a criança deseja ardentemente depender de um ser amado cuja grandeza, a potência e o saber lhe garantam segurança absoluta e proteção. A esperança de ter um pai assim faz cair por terra o pai verdadeiro e permanece uma condição para a escolha das figuras do pai. (p. 161)

Ou seja, de um dirigente, governante ou líder que encarnem o poder. A queda do Estado pode significar algo aflitivo para os grupos que se veem de repente sem uma figura de poder, sem um pai simbolizado em quem eles depositavam seus sentimentos ambivalentes outrora destinados ao pai real.

Daí decorre uma terceira ideia: a mudança radical da organização social dependerá da maneira pela qual as massas substituem o Estado na qualidade de representante da imagem paterna. A saída conservadora será a reconciliação com essa

3 Freud se ocupa do tema na primavera de 1919 (Assoun, 2009, p. 1048) e o artigo de Federn é citado numa nota de rodapé comparando a desintegração de uma massa à “ruína da autoridade pátria” (Freud, 1920/2011a, p. 53).

representação; a oposicionista pode ser buscar um substituto para assumir o poder estatal, seja na estrutura partidária hierárquica seja na horizontalidade dos conselhos, nos quais o poder é exercido diretamente e cujo substrato psíquico é a relação fraterna.

Contudo, a primeira saída oposicionista é a repetição da ordem patriarcal reproduzida pela família e reatualizada na sociedade após sua suspensão durante a revolução. Não à toa, Federn (1919/2000) diz que “a coincidência da família com o Estado patriarcal derrubado e sua não coincidência com a organização fraternal são então o verdadeiro problema da edificação de uma ordem social não patriarcal” (p. 164).

Federn (1919/2000) demonstra simpatia pelo estabelecimento dos conselhos de trabalhadores como forma de instaurar um princípio social fraternal, menos autoritário e mais democrático. Sua análise do momento histórico vê o sentimento patriarcal, ancorado na humanidade via educação familiar, como um obstáculo incomensurável à “sociedade sem pai” (p. 173). Depois ele retoma esse problema:

O reconhecimento de que todas as relações para com altas autoridades ocorrem como resultado do deslocamento da ligação libidinal da imago paterna para a pessoa com autoridade, e analogamente, dos irmãos para os amigos tardios e companheiros, ensina-nos que a vida da criança na família deve ser normal se alguém quiser garantir sentimentos cívicos saudáveis. (Federn, 1940, p. 73, tradução nossa)

Ter controle e alguma consciência dessas ligações libidinais, deslocando-as para outras representações, sem deixar as decisões políticas se basearem nas neuroses individuais (dependentes da imago paterna), algo que a psicanálise deve em tese promover, seria a melhor forma de combate ao modelo patriarcal. Só assim seria possível a criação de uma nova ordem social baseada em uma maior autonomia dos indivíduos.

Na realidade, essa maneira de ler o que a psicanálise promove como prática e o que prega como saber pode estar associada a seu posicionamento político, pois “como socialista, Federn possuía a intenção de aplicar a psicanálise a serviço de uma melhor condição social dos desfavorecidos” (Rath, 2000, p. 140). Ele não foi o único. Seu filho, ao retomar a vida de alguns psicanalistas, diz: “nós sabemos a partir das autobiografias dos psicanalistas ou a partir daquilo que sei pessoalmente deles que as opiniões políticas ditas de esquerda eram provavelmente um pouco mais difundidas entre eles que as opiniões conservadoras” (Federn, 1992, p. 38).

Bergman (2004) é outro autor que reforça a ideia de que a maioria dos psicanalistas foi associada a discursos de esquerda, muitos reivindicando o comunismo como posição política. Jacoby (1977) enfatiza como alguns psicanalistas defendiam até mesmo uma aproximação vital entre as ideias psicanalíticas e o pensamento marxista. Exemplos famosos desse tipo de aproximação que fez época são Reich (1929/1965) e Fromm (1931/1989).

Embora esses sejam autores dissidentes da psicanálise freudiana oficial, há outros exemplos menos conhecidos: Annie Reich, Edith Jacobson, Edith Gyömrői e Otto Fenichel, que mantiveram durante onze anos (de 1934 a 1945) cartas circulares secretas (Fenichel, 1998) para fomentar um debate sobre as teorias e práticas da psicanálise tendo como pano de fundo o pensamento marxista e a associação ao Partido Comunista (Jacoby, 1983).

Conhecido como um freudiano ortodoxo, Fenichel (1945) foi autor de uma obra usada como manual em cursos de introdução à psicanálise e que não menciona sequer uma vez o marxismo ou o método dialético-materialista. O que salta aos olhos, já que Fenichel (1934/1972) publica no primeiro número da *Revista de psicologia política e economia sexual*, ligada à Sex-Pol, um artigo no qual traça um programa epistemológico de psicologia marxista. Mesmo não mencionando nada a respeito do materialismo dialético quando expõe os fundamentos da teoria psicanalítica na obra de 1945, o tratamento dado à definição da própria teoria psicanalítica é muito semelhante ao realizado nesse artigo de 1934.

Tanto numa quanto noutra definição dada por Fenichel (1934/1972, p. 165, 1945, p. 5), a psicanálise figura como uma psicologia que deve investigar “por princípio, em função das condições materiais que lhe servem de fundamento”, a ação em conjunto da “realidade biológica do organismo em questão” e do “meio que atua sobre essa estrutura biológica”.

No primeiro texto, o autor fundamenta essa definição da psicanálise no materialismo dialético, porque a consideração das “condições materiais” sustenta a própria psicologia enquanto ciência e a realidade do fenômeno psíquico depende dessa postura; em segundo lugar, porque a “constituição biológica do organismo” é alterada de forma dialética pelas forças do meio externo. Logo, há certa particularidade da realidade natural do fenômeno psíquico que é delineada a partir do reconhecimento de que as alterações das necessidades humanas (materiais e naturais) resultam na superestrutura da qual faz parte o psiquismo humano. É digno de nota que esse mesmo texto foi endereçado mais aos marxistas do que aos psicanalistas (Fenichel, 1934/1972).

Jacoby (1983) ajuda a compreender o que está em jogo nesse silenciamento do marxismo na obra de Fenichel. Ele defende que, se entre a década de 1950 e 1980 expressões como “freudianos de esquerda, psicanalistas marxistas e psicanalistas engajados politicamente” (p. 11) soavam estranhas, anteriormente designavam a maior parte dos psicanalistas da Europa Central e representavam o compromisso dos praticantes da psicanálise em vê-la “não somente como uma terapia, mas também enquanto parte de um projeto social maior” (p. 6).

Dessa maneira, a mudança ocorrida no pensamento de Fenichel acompanha uma história de esquecimento. Quando se apaga das narrativas históricas da psicanálise o engajamento político dos psicanalistas, o que é escondido é a própria psicanálise como expressão de um pensamento não conformista, no caso o esquecimento de uma psicanálise

associada diretamente ao marxismo (Jacoby, 1983). Isso teria relação com o exílio de grande parte dos psicanalistas por conta do nazismo e com a americanização da psicanálise, em meio ao mccarthismo, que restringiu sua prática aos médicos e contribuiu para transformá-la em uma teoria conformista (Richards, 2013).

Em suas origens, a psicanálise estava então intimamente ligada a um contexto revolucionário ou de reformismo social que foi apagado de suas narrativas oficiais? Responder “sim” seria um tanto panfletário, mas é possível dizer que a psicanálise se inseria no contexto social em que seus praticantes se formaram e no qual tentaram interferir, de forma reduzida até o fim da década de 1910 e de forma amplamente institucionalizada a partir de 1920.

Nesse sentido, vale retomar alguns que trataram dessa associação entre psicanálise e política. Por exemplo, Castoriadis (1992) entende a psicanálise dentro do quadro geral da modernidade, que tem como um de seus ideais a promoção da autonomia individual em meio à sociedade concretamente heterônoma do capitalismo. Já Frosh (1999) busca ressaltar os elementos voltados para a reflexão e a mudança social de que a psicanálise de Freud e das correntes pós-freudianas estão carregadas. De forma mais contundente sobre o caráter intrínseco dessas relações entre psicanálise e política, Goldenberg (2006) afirma que “entre política e psicanálise há menos uma relação de incursão ou de empréstimo . . . do que uma inerência que dificilmente suspeitaríamos à primeira vista” (p. 9).

Um resgate desse *Zeitgeist* psicanalítico do início do século XX assumiu diversas formas. O *retorno a Freud* promovido por Lacan (1953-1954/1986), pensadores como Marcuse (1966/1973) e os estudos sobre a personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson, & Nevitt, 1950) também fizeram parte da recuperação de uma psicanálise preocupada com questões extraclínicas (Rouanet, 1986).

Grosso modo, essas leituras do pensamento freudiano buscaram reconhecer, além de uma política da psicanálise, (a) certas relações sistemáticas entre suas teorias e determinado pensamento político; (b) a confluência entre técnicas, ideais de cura e a divisão de poder estabelecidos no tratamento; (c) e os possíveis efeitos discursivos da psicanálise sobre o meio social e os deste sobre seus dispositivos e conceitos.

No entanto, se seguirmos a ideia de que a psicanálise possuía, durante suas primeiras décadas, uma forte ligação com um contexto de lutas e reformas sociais, será preciso considerar que, antes de uma inerência entre política e psicanálise, as teorias psicanalíticas dessa época estavam ligadas a determinações históricas maiores que forneceram as condições de surgimento e lapidaram o próprio movimento psicanalítico (Johnston, 1976). A possibilidade de rastrear algo na história da psicanálise que revele um pensamento político operando em suas construções teóricas deve considerar o próprio engajamento dos psicanalistas sem tentar explicar a obra pela vida. Dois caminhos são possíveis a partir daí.

O primeiro requer um estudo desses atravessamentos que retome o significado social da prática clínica promovida pelos psicanalistas, uma avaliação que remeta as teorias e técnicas ao perfil sociológico da prática clínica. O segundo, mais próximo da ambientação da reprodução e da transmissão do discurso psicanalítico, é compreender minimamente o caminho de volta dessas teorias engajadas dos psicanalistas sobre a própria psicanálise e suas práticas. É esse caminho que nos levará ao nosso problema principal, o comportamento político do movimento psicanalítico quando busca se organizar por meio de sua institucionalização.

A constituição de um movimento intelectual e a propaganda de uma causa

Podemos dizer que a institucionalização da psicanálise se inicia em 1902, com a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras, composta por Freud, Wilhelm Stekel, Max Kahane, Alfred Adler e Rudolf Reitler. Desse grupo nascerá, em 1908, a Sociedade Psicanalítica de Viena. Embora o número de frequentadores regulares aumentasse desde o primeiro encontro, recebendo também visitantes que propagaram e aplicaram as ideias de Freud (Sándor Ferenczi, Ernest Jones, Karl Abraham, Carl G. Jung, Max Eitingon), a psicanálise ainda estava longe de possuir um aparato institucional que desse conta de uma expansão para além de pequenas agremiações. Mesmo a Associação Psicanalítica Internacional (IPA), criada em 1910 da união das sociedades de Viena, Zurique e Berlim, não tinha mais do que cem membros em 1911.

Montejo Alonso (2009, p. 55, tradução nossa) designa o período que vai de 1902 a 1918 de “primeira institucionalização” da psicanálise e defende que o objetivo desse projeto era a propagação de uma verdadeira causa político-científica e não simplesmente a proteção corporativa dos próprios psicanalistas. Buscando uma maneira de unificar o que é a psicanálise e o que é ser psicanalista, a criação da IPA serviu para “guiar o desenvolvimento da psicanálise e aglutinar todo o movimento psicanalítico internacional em torno deste programa científico” (Montejo Alonso, 2009, p. 28, tradução nossa). A questão da formação de novos analistas ainda não era nada central nesse período. Era necessário antes definir o que seria a verdadeira psicanálise.

Na mesma época aparecem os primeiros grandes rompimentos com a psicanálise oficial, supostamente por conta dos desvios teóricos e pessoais diante das ideias e da figura de liderança de Freud. Em 1911, Adler e outros saem do grupo vienense. Em 1912, é a vez de Stekel. No início de 1913, Jung rompe suas relações com Freud, deixando finalmente a presidência da IPA em 1914. Leva consigo todo o grupo de Zurique depois da forte pressão planejada pelo grupo dos mais próximos de Freud, o Comitê Secreto, composto por Jones, Abraham, Rank, Ferenczi e Hanns Sachs.

Tomemos o caso de Jung como paradigmático por duas razões. A primeira é a existência de verdadeiras conspirações por parte de um grupo protetor do purismo freudiano contra Jung. As cartas trocadas entre Ferenczi, Jones e Abraham entre o fim de 1913 e o início de 1914

sugerem isso (Wittenberger & Tögel, 2002, pp. 31-37). A segunda, a ostensiva campanha de Freud (1914/2012b) em tomar para si as rédeas do movimento psicanalítico a ponto de afirmar que nem Jung nem Adler praticavam ou concebiam a psicanálise tal qual ele havia criado em seu isolamento heroico.

Nesse sentido, pode-se falar de uma “vigilância doutrinal” pela qual o Comitê Secreto seria o responsável: “o comitê, autêntica sociedade secreta dentro do movimento psicanalítico internacional, velará a partir daí pela pureza teórica e pela vigilância doutrinal e controlará das sombras o movimento internacional, evitando as dissidências internas durante quase uma década” (Montejo Alonso, 2009, p. 194, tradução nossa).

A partir daí não é difícil sustentar que a história narrada por Freud – e repetida com ou sem acréscimos por aqueles que zelavam pela pureza da psicanálise – tenha suas raízes em certo modo de funcionar do movimento psicanalítico. Era preciso garantir que as ideias seminais de Freud fossem também o selo de qualidade para o saber-fazer associado à psicanálise.

É óbvio que esses rompimentos tinham, na maioria das vezes, origem nas diferenças teóricas mais básicas possíveis. Por exemplo, a aplicação de técnicas mais sugestivas do que propriamente analíticas e a ênfase dada por Adler à psicologia do Eu em detrimento da sexualidade. Mas há indicações de que questões afetivas estavam em jogo.

Indiscutivelmente, as transferências cruzadas deixaram marcas e o lugar de pai da psicanálise ocupado por Freud é em grande parte devedor delas (Kupermann, 1996). A transmissão da mítica experiência de Freud em sua (auto)análise com Fliess e de suas principais ideias daí decorrentes precisava de algum controle. Aquilo que parecia alterar essas características essenciais de sua criação gerava resistência de sua parte? É possível que nunca tenhamos essa resposta definitiva.

Voltemos ao aspecto político-institucional desse problema. Como controlar então a transmissão dessa experiência e do saber ligado a ela a fim de evitar sua degeneração conceitual e técnica? Perguntas semelhantes a essa surgem no início da década de 1910, pois se discutia a necessidade da análise para os próprios analistas, quando descobertas como a contratransferência passam a organizar as discussões sobre a transmissão da psicanálise (Montejo Alonso, 2009). Assim, com a fundação de mais quatro associações (Nova Iorque, Boston, Budapeste e Londres) entre 1910 e 1914, a causa científica da psicanálise, a estrita divulgação do conhecimento dos processos inconscientes, começa a ser repensada.

Que fique claro que essa propaganda não deixará de estar na pauta das associações psicanalíticas. Em 1920, Ferenczi, ao iniciar a troca regular de cartas entre os membros do tal Comitê – que agora funciona como um verdadeiro conselho secreto anexo à presidência da IPA –, informa que precisam tratar ali “da propaganda científica psicanalítica” (Wittenberger & Tögel, 2002, p. 42). Essa mesma circular traz como seu primeiro tópico a admissão de candidatos a membros. As associações deveriam exigir, por meio de um estatuto unificado, uma

conferência dos candidatos antes de serem admitidos e sugere que todas as associações locais devessem tomar conhecimento dos novos membros antes que uma delas efetivasse uma admissão.

Outra razão fundamental para essa nova fase de institucionalização da psicanálise é a Primeira Guerra Mundial, seus efeitos imediatos sobre a população da Europa Central e impacto sobre a sociedade e a intelectualidade europeias (Montejo Alonso, 2009). Nesse sentido, as neuroses de guerra tornaram-se um assunto sobre o qual a psicanálise deveria se deter (Ferenczi, 1918/2011a). Ao mesmo tempo, seguindo as indicações de Freud (1919/2011b) no primeiro congresso internacional depois dos anos belicosos, a instituição psicanalítica passa a se preocupar com o “tratamento de grandes quantidades de pessoas” (p. 291).

O contexto de demandas por justiça social e a euforia com as possibilidades políticas vistas no pós-guerra – Revolução Russa, República de Weimar, Viena Vermelha – foi um momento de efervescência social, política e cultural. Se o envolvimento das ideias psicanalíticas com os problemas enfrentados pela sociedade europeia no início do século já não era pouco⁴; a partir do pós-guerra a institucionalização do movimento psicanalítico, com uma nova geração de analistas, impulsiona esse flerte com a política.

Agora esse processo tinha um novo endereço: as clínicas gratuitas de Berlim (Danto, 1999) – que aos poucos se transformará no centro da psicanálise, com a aplicação do modelo padrão de formação psicanalítica até a ascensão do nazismo – e de Viena, que terá como seu primeiro assistente clínico (1922-1928) e vice-diretor (1928-1930) Wilhelm Reich (Albertini, 2016)⁵. Todo esse cuidado dispensado às massas neuróticas foi mantido pela iniciativa privada de alguns dos próprios psicanalistas, já que era difícil garantir a receita da Policlínica de Berlim e do Ambulatório de Viena sem ajuda estatal e com poucos pacientes pagando.

O movimento psicanalítico se expandia para fora das associações psicanalíticas, criando as clínicas que forneceriam os pacientes e, sobretudo, os institutos que controlariam as formações (Montejo Alonso, 2009; Danto, 2005). As associações transmitiriam as teorias de Freud tais quais ele as havia concebido; as clínicas ofereceriam a prática analítica aos candidatos e os institutos seriam os responsáveis pela realização de seminários, supervisão de casos e análise didática.

Os interesses do movimento psicanalítico começam a parecer mais alinhados quando todo esse processo de institucionalização culmina na formalização das principais diretrizes da formação, que serão reproduzidas até hoje em maior ou menor escala pelos institutos ligados às diferentes associações psicanalíticas ao redor do mundo, sendo elas filiadas ou não à IPA⁶.

4 Por exemplo, Freud (1908/2015b), as Atas da Sociedade de Viena (Freud, 1906-1908/2015a), Gross (2011) e Paul Federn (1919/2000).

5 Diercks (2002) afirma que Reich foi vice-diretor do *Ambulatorium* de 1924 a 1930.

6 Mesmo o lacanismo, que se distancia das diretrizes da IPA, ainda as toma como centro de sua crítica. Ver Roudinesco (2009), p. 1049 e ss.

Embora a psicanálise ainda fosse determinada pelas diferentes forças que conduziam o movimento psicanalítico, a obrigatoriedade da análise didática a partir de 1922 faz uma aparente unificação do entendimento sobre o que seria a formação psicanalítica e acaba por gerar a consolidação da instituição psicanalítica; diferenciando-se da primeira fase de institucionalização, com suas dissidências que geravam expulsões (Makari, 2008).

Consequentemente, estreita-se também, além da definição de psicanálise – a disciplina criada por Freud –, a ideia mesma do que é ser psicanalista: aquele que passou pela experiência analítica. O problema é que a experiência analítica depende, assim, da experiência de análise do analista, criando uma árvore genealógica que começaria sempre em Freud.

De uma forma ou de outra, a institucionalização da psicanálise leva o movimento psicanalítico a se reconhecer por meio do nome de Freud. Se até a década de 1930 os problemas internos e externos desse movimento fizeram com que ele estivesse associado a pensamentos políticos, digamos, mais subversivos, sua sorte mudará com a arianização da psicanálise na Europa Central e no contato com o puritanismo da classe médica americana, que dará pouca atenção às ideias mais críticas (Katz, 1985; Richards, 2013). Na passagem dos anos 1930 para os 1940, com a morte de Freud e a briga entre seus herdeiros intelectuais, Londres passa a ser o centro da psicanálise e os posicionamentos mais aparentados ao de Jones se tornam a força política mais promissora, que procurou conseguir “o reconhecimento científico oficial” (Montejo Alonso, 2009, p. 34).

Partimos da relação entre ideias de alguns psicanalistas e problemas políticos para delinear os minimamente a vastidão dos sentidos assumidos pela conjunção *psicanálise e política* no momento de formação do movimento psicanalítico. Isso nos levou a sustentar que, mesmo diante das diferenças, existiria algo de mais fundamental do que a proximidade individual dos próprios psicanalistas com algum movimento político ou atividade partidária e militante.

Com esse quadro geral da institucionalização da psicanálise, temos a sensação de que a expansão do movimento psicanalítico e da causa freudiana estava emaranhada a uma política revolucionária ou reformista, que será revertida e esquecida.

A renovação da causa psicanalítica: a reprodução de um tratamento ideal e a (con)formação de um movimento

Tomemos de novo a carta de Ferenczi para o Comitê em 1920:

Espero que o intercâmbio de ideias – compartilhado durante todo o ano – mantenha sempre desperto o sentimento de mútua pertença e não permita que surja nunca a sensação de cansaço.

Já que nossa correspondência deve se ocupar exclusivamente de questões acerca da propaganda científica psicanalítica e de comunicações de natureza pessoal e que nossa atividade não tem nada que ver com a política, me resguardarei, portanto, de expressar qualquer opinião sobre assuntos sociais e nacionais. (Wittenberger & Tögel, 2002, p. 42)

Por uma nota editorial, sabemos que essa recusa se deve à censura sobre as correspondências nas fronteiras húngaras, servindo para que a troca de ideias, responsável pela manutenção do “sentimento de mútua pertença” ao grupo, continuasse viva a despeito da censura.

Se a censura psicológica permanece mesmo quando é pedido a alguém falar o que lhe vier à cabeça, é evidente que os efeitos da censura policaléscia tampouco deixam de existir quando “assuntos sociais” não podem ser discutidos. Isso não aconteceu com grande parte da psicanálise nos EUA e na Europa a partir da década de 1930? A discussão levantada por Katz (1985), por exemplo, não deixa dúvidas de como, em nome de resguardar as bases freudianas e a prática psicanalítica, o movimento psicanalítico e suas instituições acabaram se aliando até mesmo com o nazismo, a ponto de serem higienizadas.

Considerando o preço pago pela psicanálise para se manter como prática *permitida* no Instituto de Psicanálise de Berlim depois que este foi tomado pela administração nazista, fica difícil não perguntar: o movimento psicanalítico se caracteriza, em sua formação, pela defesa de ideias que serviriam como ferramenta de crítica social e pelo amplo número de técnicas terapêuticas aliadas a propósitos políticos progressistas *ou* simplesmente essa bandeira lhe foi útil no momento em que precisou se expandir institucionalmente para poder manter certo controle sobre sua identidade mínima, a experiência analítica de Freud e sua obra?

Diante disso, torna-se uma tarefa complicada sustentar a hipótese de que algo fundamental e essencial ao movimento psicanalítico, concernente ao pensamento político e à crítica social, organizava a diversidade de posições que lhe formaram. Melhor seria dizer que a organização das diferentes forças contidas em sua formação ocorreu sob a “mútua pertença” (Wittenberger & Tögel, 2002, p. 42) ao pensamento freudiano.

Não é porque Freud tem em sua obra uma crítica à cultura e a psicanálise promove uma espécie de crítica social por meio do que realiza sobre o laço social (Lacan, 1959-1960/1988, 1969-1970/1992), que se pode afirmar que as diretrizes centrais da instituição psicanálise e o movimento psicanalítico, em geral, sejam politicamente subversivos ou conservadores.

Se alguma coisa faz da psicanálise uma política, unificando os psicanalistas ou excluindo suas discordâncias, é a própria transmissão da palavra de Freud. Foi essa espécie de agenda que esteve presente no movimento psicanalítico, mais ou menos explícita. A propósito, não seria a disputa sobre esse tópico que levaria a psicanálise a se transformar em várias, como se diferentes herdeiros brigassem pela maior parte da herança do patriarca?

Apoiemo-nos no discurso de Freud (1919/2010c) a fim de extrair outras questões. Por conta das limitações numéricas, tanto pela relação desproporcional entre analistas e pacientes quanto pela subvenção do tratamento analítico para os que não podiam pagar, Freud sugere que adaptações devem ser feitas na psicanálise para que funcionasse como uma terapia de massas. Diz ele:

É também muito provável que na aplicação em massa de nossa terapia sejamos obrigados a fundir o puro ouro da análise com o cobre da sugestão direta, e mesmo a influência hipnótica poderia ter aí seu lugar, como teve no tratamento dos neuróticos de guerra. Mas como quer que se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa. (Freud, 1919/2010c, p. 292)

Depois de mais ou menos duas décadas, Freud aparece disposto a abrir mão da pura psicanálise em favor da sugestão e da hipnose como ferramenta terapêutica. Para facilitar a disponibilidade do tratamento analítico para as massas, sua ideia foi incluir nele aquilo mesmo que nasceu como negação. A privação do analisando e a abstinência do analista, que proporcionariam a elaboração da transferência ao longo do tratamento, poderiam ser diluídas com a sugestão. Desse modo, o ouro da verdadeira psicanálise, “rigorosa e não tendenciosa”, seria vendido como cobre. O que poderia impulsionar institucionalmente a expansão do movimento psicanalítico.

Talvez não seja demais dizer que, por trás dessa metáfora, Freud (1919/2010c) deixa escapar a própria valorização de um tratamento ideal em detrimento de outro, que é realizado por um analista quando está diante de uma neurose de guerra, uma esquizofrenia, de um grupo ou em outro lugar que o consultório privado. Quadros nos quais a transferência não figura como na técnica padrão.

Em suma, esse cobre poderia ser qualquer derivação da psicanálise que não se configure como o *setting* no qual o analista escuta e interpreta aquilo que do inconsciente recalado aparece na neurose de transferência, permitindo que o analisando percorra novas associações, elabore e transponha suas resistências. Perderia a “verdadeira” psicanálise valor no momento em que o psicanalista lhe funde com outra coisa?

Se respondermos positivamente, temos de considerar duas coisas: a primeira é que há a proposta de tratamentos distintos, mesmo que aceitemos que a monta de bons resultados oferecidos pela porção áurea da psicanálise supere a dos menos valorizados serviços que por ventura sejam necessários se o tratamento ideal não funcionar. O que importa é que há a afirmação de um tratamento ideal, mesmo que ele não ocorra de fato.

Seria isto uma forma inadvertida de definir a diferença de uma psicanálise forjada na e para as “camadas superiores da sociedade” (Freud, 1919/2010c) e outra a ser oferecida aos pobres? Em suma, a quem se dirige a psicanálise como tratamento da alma? Questões que merecem um estudo dedicado a elas.

A partir disto, a segunda consideração é lembrar que o texto examinado, mais do que destinado a propor a ideia de organização da psicanálise em torno do desenvolvimento de uma terapia de massas – como vimos, ideia usada como uma espécie de propaganda do projeto institucional da psicanálise – era endereçado, em sua maior parte, à querela sobre a técnica ativa com Ferenczi (1919/2011b, 1920/2011c), que ajudava o analisando na construção de sua cadeia associativa.

Diferentemente do que acontecera com Jung e Adler, Ferenczi não é execrado aqui, ainda que seja mais à frente. O que importa é a concessão de mesma natureza daquela feita ao cobre oferecido às massas. O analista pode facilitar as coisas, afinal, diz Freud (1919/2011b, p. 292), “uma tal atividade do médico que analisa é inatacável e inteiramente justificada”. Sua concessão não deixa de acompanhar um de seus princípios fundamentais, aquele que zela pela abstinência e privação do analista.

Vai ficando mais claro que tipo de proteção a institucionalização da psicanálise acabou proporcionando aos princípios fundamentais do pensamento e da técnica freudianos. A preocupação com a formação dos analistas era a proteção de um dispositivo clínico que deveria ser reproduzido. Insistimos: houve aí a proteção de uma causa científica e, também, a defesa de um tratamento ideal ligados à figura de Freud, que definirão *a posteriori* a psicanálise como uma espécie de freudismo⁷.

Porém, a diferença de um tratamento ideal e mais reluzente do que outros não é relacionada diretamente por Freud (1919/2010c) à formação, como organizador da análise didática – que ainda não era obrigatória naquele momento. Mesmo assim, não demorou muito mais que uma década para que os institutos de formação obrigassem os candidatos a realizar um mínimo de sessões por semana, determinassem o tempo das sessões e estabelecessem as mais variadas regras. Mesmo que a análise didática tivesse suas diferenças em relação ao tratamento ideal das psiconeuroses, ela acabará se tornando o verdadeiro padrão do que é fazer psicanálise.

Visto como na teoria e na prática as definições da psicanálise sofreram modulações relacionadas à institucionalização do movimento psicanalítico, que representa a causa freudiana, devemos ter em mente algumas ponderações. Nada do que foi apontado aqui exclui nem a materialidade de uma experiência analítica nem a importância das concepções freudianas para determinar o mínimo do que seria a terapêutica da alma praticada por psicanalistas.

Concordando com Castoriadis (1992), a experiência de análise, quando entendida como um processo ligado à difícil tarefa da promoção da autonomia individual, pode sim ser um espaço no qual se manifesta a singularidade daquele que a busca. Ainda assim, a institucionalização da psicanálise não deixa de ser um movimento que sustentou politicamente a causa científica e terapêutica freudiana.

7 Assoun (1991) tenta evidenciar como o freudismo, enquanto doutrina, não se confunde com a psicanálise como campo de saber. Atentos a essa importante distinção e à realidade nela contida, usamos “freudismo” para apontar como o próprio movimento psicanalítico se prendeu a esse aspecto doutrinário da relação com o pensamento freudiano e sua institucionalização.

For a history of psychoanalysis' politics: institutionalization, formation and the analysts' political stance

Abstract: The political history of psychoanalysis is approached as a movement around psychological ideas and practices not in order to draw a historiography of such movement, but to sketch a historically valuable narrative in regards to certain institutional aspects of psychoanalysis, which show the way through which it has taken political actions within its institutionalization. Based on the psychoanalysts' political stances and their theories, we outlined some intersections among them, analyzing three authors, Paul Federn, Otto Fenichel, and Ernest Jones, and then analyzing the constitution of the psychoanalytical movement and the Freudian cause propaganda. Our hypothesis is that, despite the different stances and political forces that exist within psychoanalysis, they have converged towards the defense of one cause. Thus, the constitution and expansion of the psychoanalytical movement becomes clearer during its first five decades towards a seeming unification.

Keywords: psychoanalysis, politics, history, institutionalization.

Vers une histoire des politiques de la psychanalyse : institutionnalisation, formation et positionnement politique des analystes

Résumé : Nous abordons l'histoire politique de la psychanalyse comme un mouvement autour des idées et pratiques psychologiques non avec l'intention de construire une historiographie de ce mouvement, mais d'ébaucher une narrative de valeur historique sur certains aspects institutionnels de la psychanalyse qui indiquent la manière dont elle fit de la politique dans son institutionnalisation. Nous commençons à partir de la position politique des psychanalystes et ses productions théoriques pour définir des interpénétrations entre les deux dimensions. Nous examinons trois auteurs : Paul Federn, Otto Fenichel et Ernest Jones. Ensuite nous abordons la constitution du mouvement psychanalytique et la propagande de la cause freudienne. Notre hypothèse est que, malgré les différentes positions et forces politiques au sein de la psychanalyse, elles convergent vers la défense d'une cause. Il devient donc clair l'établissement et l'expansion du mouvement psychanalytique au cours de ses cinq premières décennies en direction d'une apparente unification.

Mots-clés : psychanalyse, politique, histoire, institutionnalisation.

Por una historia de las políticas del psicoanálisis: institucionalización, formación y posición política de los analistas

Resumen: Abordamos la historia política del psicoanálisis como un movimiento alrededor de ideas y prácticas psicológicas no para construir una historiografía de este movimiento, sino para bosquejar una narrativa de valor histórico respecto de ciertos aspectos institucionales del psicoanálisis que indican el modo en que este hace política durante su institucionalización. Partimos del posicionamiento político de los analistas y su producción teórica para delimitar algunas interpenetraciones entre ambos. Examinamos tres autores: Paul Federn, Otto Fenichel y Ernest Jones. A continuación, abordamos la constitución del movimiento psicoanalítico y la propaganda de la causa freudiana. Nuestra hipótesis es que, pese a las diferentes posiciones y fuerzas políticas en el psicoanálisis, estas convergieron hacia la defensa de una causa. Así queda más clara la constitución y expansión del movimiento psicoanalítico durante sus cinco primeras décadas hacia una aparente unificación.

Palabras clave: psicoanálisis, política, historia, institucionalización

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. J., & Nevitt, S. (1950). *The authoritarian personality*. New York, NY: Harper & Brothers.
- Albertini, P. (2016). *Na psicanálise de Wilhelm Reich*. São Paulo, SP: Zagodoni.
- Assoun, P.-L. (1991). *O freudismo*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Assoun, P.-L. (2009). *Dictionnaire des oeuvres psychanalytiques*. Paris: PUF.
- Bergman, M. S. (2004). The psychoanalytic wars of yesterday. *Journal of American Psychoanalytical Association*, 53(2), 663-672. doi: 10.1177/00030651050530020501
- Castoriadis, C. (1992). Psicanálise e política. In *O mundo fragmentado: as encruzilhadas do labirinto* (Vol. 3, pp. 151-164). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Danto, E. A. (1999). The Berlin Poliklinik: psychoanalytic innovation in Weimar Germany. *Journal of American Psychoanalytical Association*, 47(4), 1269-1292. doi: 10.1177/000306519904700416
- Danto, E. A. (2005). *Freud's free clinics: psychoanalysis and social justice, 1918-1938*. New York, NY: Columbia University Press.
- Diercks, C. (2002). The Vienna psychoanalytic polyclinic ('ambulatorium'): Wilhelm Reich and the technical

- seminar. *Psychoanalysis and History*, 4(1), 67-84. doi: 10.3366/pah.2002.4.1.67
- Federn, E. (1992). Sur les psychanalystes politiquement actives. *Revue Internationale d'Histoire de la Psychanalyse*, 5, 37-43.
- Federn, P. (1940). Psychoanalysis as a therapy of society. *American Imago*, 1(4), 125-141.
- Federn, P. (2000). De la psychologie de la révolution: la société sans père. *Essaim*, 5, 153-173. (Trabalho original publicado em 1919)
- Fenichel, O. (1945). *The psychoanalytic theory of neurosis*. New York, NY: W. W. Norton.
- Fenichel, O. (1972). Sobre el psicoanálisis como el embrión de una futura psicología dialéctico-materialista. In J.-P. Gente (Org.), *Marxismo, psicoanálisis y sexpoll* (pp. 160-183). Buenos Aires: Granica. (Trabalho original publicado em 1934)
- Fenichel, O. (1998). *119 Rundbriefe: 1934-1945* (J. Reichmayr & E. Mühlleitner, orgs., 2 Vols.). Frankfurt am Main, Deutschland: Stroemfeld.
- Ferenczi, S. (2011a). Psicanálise das neuroses de guerra. In *Obras completas* (Á. Cabral, trad., 2a ed., Vol. 3, pp. 13-32). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1918)
- Ferenczi, S. (2011b). Dificuldades técnicas de uma análise de histeria. In *Obras completas* (Á. Cabral, trad., 2a ed., Vol. 3, pp. 1-8). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1919)
- Ferenczi, S. (2011c). Prolongamentos da “técnica ativa” em psicanálise. In *Obras completas* (Á. Cabral, trad., 2a ed., Vol. 3, pp. 137-138). São Paulo, SP: WMF Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1985a). *Proyecto de psicología* (Coleção Obras completas de Sigmund Freud, J. L. Etcheverry, trad., 2a ed., Vol. 1). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1895)
- Freud, S. (1985b). *La interpretación de los sueños: primera parte* (Coleção Obras completas de Sigmund Freud, J. L. Etcheverry, trad., 2a ed., Vol. 4). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (1985c). *La interpretación de los sueños: segunda parte* (Coleção Obras completas de Sigmund Freud, J. L. Etcheverry, trad., 2a ed., Vol. 5). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1900)
- Freud, S. (2010a). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia: (“o caso Schreber”). In *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (dementia paranoides) relatado em autobiografia: (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 10, pp. 13-107). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1911)
- Freud, S. (2010b). História de uma neurose infantil: “o homem dos lobos”. In *História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 13-160). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1918)
- Freud, S. (2010c). Caminhos da terapia psicanalítica. In *História de uma neurose infantil (“o homem dos lobos”), além do princípio do prazer e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 14, pp. 279-292). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1919)
- Freud, S. (2010d). Acerca de uma visão de mundo. In *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 18, pp. 321-354). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1933)
- Freud, S. (2011a). Psicologia de massas e análise do eu. In *Psicologia de massas e análise do eu e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 15, pp. 13-113). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (2011b). “Autobiografia”. In *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 16, pp. 75-167). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1925)
- Freud, S. (2012a). Totem e tabu. In *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 11, pp. 13-244). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (2012b). Contribuição à história do movimento psicanalítico. In *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 11, pp. 245-327). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2013). Observações sobre um caso de neurose obsessiva: “o homem dos ratos”. In *Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“o homem dos ratos”), uma recordação da infância de Leonardo da Vinci e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 9, pp. 13-112). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2015a). *Os primeiros psicanalistas: atas da Sociedade Psicanalítica de Viena, 1906-1908* (M. Checchia, R. Torres & W. Hoffmann, orgs., Vol. 1). São Paulo, SP: Scriptorium. (Trabalho original publicado em 1906-1908)
- Freud, S. (2015b). A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno. In *O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos (“o pequeno Hans”) e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 8, pp. 359-389). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1908)
- Freud, S. (2015c). Análise da fobia de um garoto de cinco anos: “o pequeno Hans”. In *O delírio e os sonhos na*

- Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos ("o pequeno Hans") e outros textos* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 8, pp. 123-284). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909)
- Freud, S. (2016). Análise fragmentária de uma histeria: "o caso Dora". In *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("o caso Dora") e outros textos*: (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 6, pp. 173-320). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905)
- Freud, S., & Breuer, J. (2016). *Estudos sobre a histeria* (Coleção Obras completas, P. C. Souza, trad., Vol. 2). São Paulo, SP: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1893-1895)
- Fromm, E. (1989). Politics and psychoanalysis (M. Ritter, trad.). In S. E. Bronner & D. M. Kellner (Eds.), *Critical theory and society: a reader* (pp. 213-218). London: Routledge. (Trabalho original publicado em 1931)
- Frosh, S. (1999). *The politics of psychoanalysis: an introduction to Freudian and post-Freudian theory* (2a ed.). New York, NY: New York University Press.
- Goldenberg, R. (2006). *Política e psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Gross, O. (2011). *Psychanalyse et révolution : essais*. Paris: Sandre.
- Jacoby, R. (1977). *Amnésia social: uma crítica à psicologia conformista de Adler a Laing*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Jacoby, R. (1983). *The repression of psychoanalysis: Otto Fenichel and the political freudians*. New York, NY: Basic.
- Jones, E. (1941). Evolution and revolution. *The International Journal of Psychoanalysis*, 22, 193-208.
- Jones, E. (1989). *A vida e obra de Sigmund Freud* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1953)
- Johnston, W. M. (1976). *The Austrian mind: an intellectual and social history, 1848-1938*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Katz, C. S. (Org.). (1985). *Psicanálise e nazismo*. Rio de Janeiro, RJ: Taurus.
- Kupermann, D. (1996). *Transferências cruzadas: uma história da psicanálise e suas instituições*. Rio de Janeiro, RJ: Revan.
- Lacan, J. (1986). *O seminário: livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)
- Lacan, J. (1988). *O seminário: livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960)
- Lacan, J. (1992). *O seminário: livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1969-1970)
- Makari, G. (2008). *Revolution in mind: the creation of psychoanalysis*. Carlton, Australia: Melbourne University Publishing.
- Marcuse, H. (1973). *Eros and civilization: a philosophical inquiry into Freud with a new preface by the author*. London: Abacus. (Trabalho original publicado em 1966)
- Montejo Alonso, F. J. (2009). *El psicoanálisis 1919-1933: consolidación, expansión e institucionalización*. Tese de Doutorado, Facultad de Filosofía, Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Recuperado de <https://goo.gl/ycNRUD>
- Monzani, L. R. (1989). *Freud, o movimento de um pensamento*. Campinas, SP: Unicamp.
- Rath, C.-D. (2000). "La société sans père": de Paul Federn à Alexander Mitscherlich. *Essaim*, 5, 139-149.
- Reich, W. (1965). Matérialisme dialectique et psychanalyse. In *La crise sexuelle: critique de la réforme sexuelle bourgeoise matérialisme dialectique et psychanalyse* (pp. 111-139). Paris: Hommes et Liberté. (Trabalho original publicado em 1929)
- Richards, A. (2013). Freud's free clinics: a tale of two continents. *Psychoanalytic Review*, 100(6), 819-838. doi: 10.1521/prev.2013.100.6.819
- Rouanet, S. P. (1986). *Teoria crítica e psicanálise*. (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro.
- Roudinesco, É. (2009). *Histoire de la psychanalyse en France : Jacques Lacan : esquisse d'une vie, histoire d'un système de pensée*. Paris: Librairie Générale Française.
- Wittenberger, G., & Tögel, T. (Eds.). (2002). *Las circulares del "Comité secreto" 1913-1920* (Vol. 1). Madrid: Síntesis.

Recebido: 15/07/2017

Aprovado: 03/10/2017